



Anais da Assembléia

Nº 66

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 08 DE JUNHO DE 1981

ANO VI

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 61ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 08 DE JUNHO DE 1981

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Ezequias Losso e Nilso Sguarezi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fideleino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Loures Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes. (56). Achando-se ausentes, em licença, os Senhores Deputados José Tavares e Valduga.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO – procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO – procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER seja consignado em Ata um VOTO DE PESAR pelo falecimento em data de 6 do corrente, na Cidade de Guaíra, do Sr. GIACOMO LOUVEIRA.

Tratava-se de pessoa altamente estimada e relacionada pelo seu espírito pioneiro, merecedor de todo o conceito, deixando lacuna irreparável na comunidade a qual pertencia.

REQUER, outrossim, que seja levado ao conhecimento da família enlutada este voto de pesar.

Sala das Sessões, em 8 de junho de 1981.

(a) EGON PUDELL.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Parlamentar que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos de hoje, de um voto de

profundo pesar pelo falecimento dos jovens Amir Dalla Vechia, Darley Germano Bregoli, Elvio Frey, Rogério Walter Grin e Vilson Valiatti ocorrido em acidente.

Solicitamos outrossim, após a aprovação do presente, que se dê ciência às famílias enlutadas:

Sr. Ângelo Fidelis Dalla Vechia, residente em Marechal Cândido Rondon;

Sr. Euclides Germano Bregoli, residente em Marechal Cândido Rondon;

Sr. José Frey, residente no Distrito de Mercedes, Marechal Cândido Rondon;

Sr. Isidoro Walter Grin, residente em Marechal Cândido Rondon;

Sr. Severino Valiatti, residente em Distrito de Porto Mendes, Marechal Cândido Rondon.

Sala das Sessões, em 8 de junho de 1981.

(a) WERNER WANDERER.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao General Oziel de Almeida, Presidente do CNP, solicitando a realização de estudos para a implantação de um subsídio de trinta e cinco por cento sobre o preço do litro de gasolina, para os motoristas de táxi.

Sala das Sessões, em 8 de junho de 1981.

(a) MÁRIO CELSO.

JUSTIFICATIVA:

A classe dos motoristas de táxi está passando por um verdadeiro sufoco, face ao elevado preço da gasolina e ao alto custo da tarifa para o passageiro, que está sendo afugentado, pois qualquer corrida, por menos que seja, custa em média cem cruzeiros.

Este ano, os motoristas de táxi só tiveram prejuízos. Tanto isso é verdade que temos informações de que as empresas proprietárias destes veículos estão com seus pátios cheios de táxis à espera de motoristas.

Pagando em média uma diária de oitocentos cruzeiros, o profissional não consegue mais ter lucro com a profissão e o que está ocorrendo é o abandono da mesma.

Acreditamos que somente a criação de um subsídio para o preço da gasolina poderá colocar fim a todos os problemas.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 55/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º – Fica doado à Fundação Nacional do Índio - FUNAI, o imóvel com área de cento e quarenta e nove mil, trezentos e oitenta e um metros e setenta e cinco centímetros quadrados, situado no bairro do Portão, transcrito sob n.º 9.128, de 11 de abril de 1.913, no Registro de Imóveis da 1.ª Circunscrição da Comarca de Curitiba, destinado à construção da sede própria da referida Fundação.

Art. 2.º – A presente doação deverá ser gravada com as cláusulas da impenhorabilidade e inalienabilidade, e o prazo para a destinação do imóvel será de cinco anos.

Art. 3.º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08 de junho de 1981.

a) JOÃO MANSUR

JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná conta com extensas reservas indígenas, sob os diligentes cuidados da FUNAI.

Nada mais defensável do que o Estado cooperar no sentido da edificação, nesta Capital, da sede regional da mencionada fundação.

A doação do imóvel em apreço traduz bem essa disposição, que é de todos, em favorecer indiretamente as nações dos nossos irmãos índios a quem tanto devemos, beneficiando a entidade governamental que lhes presta atendimento.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente, para o Grande Expediente, concedo a palavra ao Deputado Romero Filho. — (Ausente).

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fiori Luiz. — (Ausente).

Ausente, concedo a palavra ao Deputado Leônidas Chaves.

Ausente, ao Deputado Deni Schwartz.

Ausente, ao Deputado Nilton Friedrich...

Airton Cordeiro...

Gernote Kirinus...

Renato Bernardi...

Nilso Sguarezi... (Declina).

Havendo declinado, Trajano Bastos...

Consulto à Liderança do PMDB se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

O SR. DARCY DEITOS — Usarei o horário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Com a palavra o Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Poder Legislativo, em nosso País, está cada dia mais sem poder e toda a classe política deveria partir para a luta, com decisão, para que as suas prerrogativas fossem devolvidas por inteiro a este Poder. Porque, sem dúvida alguma, os Parlamentares são os que representam as grandes aspirações do povo brasileiro. E não podemos continuar a ser subjugados pelo Poder Executivo, como acontece neste País desde 64.

O que temos assistido, muitas vezes em nosso Parlamento, é a aceitação deste tacão e a concordância em sua existência.

Gostaria aqui, só para elucidar, de que em novembro de 1980, apresentamos nesta Casa o Projeto de Lei Complementar n.º 154/80, que acrescenta inciso no artigo 130, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, que diz o seguinte: o tempo de serviço prestado em atividade dirigida pela legislação da previdência social federal... Até a presente data não veio ao plenário para votação. Daí, que em 1.º de junho do corrente ano, solicitamos regime de urgência para este projeto de lei. E, na última semana, nos causou surpresa uma notícia veiculada pela imprensa da Capital, onde, com a data vênica, o nobre Deputado da Bancada do PDS, José Domingos, meu particular amigo, solicitava em requerimento, que a Secretaria de Recursos Humanos fizesse estudos para que a contagem recíproca seja implantada no Paraná.

Acho que são prerrogativas como estas que não podemos abrir mão; porque a Secretaria de Recursos Humanos, para colocar em prática a contagem recíproca de tempo de serviço, tem que se ater ao teor da lei. E a lei que tem que passar por esta Casa, Sr. Presidente. Então, talvez tenha havido um pequeno equívoco do eminente Deputado José Domingos, ao fazer

esta solicitação para que a Secretaria dos Recursos Humanos fizesse esta implementação; porque ela deverá colocar em prática após esta Casa votar esta lei complementar, porque ela também tem que se subjugar à uma lei federal, que foi homologada pelo Congresso Nacional à questão de 60 dias atrás.

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. DARCY DEITOS — Em seguida, nobre Deputado. É preciso de que quando este Poder, no pouco freio que lhe resta para exercer legitimamente os seus objetivos e direitos, é que não podemos abrir mão de que a Secretaria dos Recursos Humanos terá que submeter à esta lei complementar que deverá ser votada por esta Casa de Leis, cujo projeto apresentamos em novembro do ano passado, exatamente na mesma época quando tramitava no Congresso Nacional esta lei da reciprocidade do tempo de serviço.

Concedo o aparte.

O Sr. Gabriel Sampaio — Muito obrigado.

Deputado Darcy Deitos, somente Vossa Excelência citou o Deputado José Domingos e eu creio que o Deputado José Domingos tenha feito um requerimento solicitando o envio da mensagem do Executivo para o Legislativo. Fazendo um apelo para que a Secretaria dos Recursos Humanos tome as necessárias providências para o envio da mensagem a este Poder Legislativo.

No mesmo sentido já fizemos um apelo, como Vossa Excelência já fez, se não me engano, o Deputado Antônio Facci também já fez um apelo neste sentido. Nós, ainda na semana passada ocupamos a tribuna desta Casa para comentar o fato, que o Governador Maciel, de Pernambuco, assinou durante um encontro de funcionários públicos em Recife, sancionou a lei que concede a reciprocidade da contagem de tempo de serviço.

Então, Vossa Excelência que ocupa a tribuna nesta tarde, Deputado Darcy Deitos, tem o nosso integral apoio também, como mais uma voz a se levantar desta Assembléia, no sentido de que o nosso Poder Executivo, mais especificamente através de Sua Secretaria de Recursos Humanos, providencie com a máxima urgência o envio de Mensagem à esta Casa, para que nós possamos votá-la e após a sanção governamental seja ela transformada em lei, e beneficie um cem número de servidores que estão a esperar por este benefício.

Era só isso, Deputado.

Muito obrigado.

O SR. DARCY DEITOS — Nobre Deputado Gabriel Sampaio talvez haja um equívoco de Vossa Excelência, porque tramita nesta Casa projeto de lei complementar, nesse sentido, regulando esta reciprocidade, que se nos atendo exatamente dentro do teor da Lei Federal. Independe que esta Casa espere mensagem do Poder Executivo, para que seja votada. Porque tramita aqui já um projeto de lei. Agora, talvez, que por ser uma proposta de alguém da Oposição será tolhido.

O Sr. Gabriel Sampaio — Absolutamente.

O SR. DARCY DEITOS — Então, eu creio que não depende de mensagem porque já tramita nesta Casa este projeto de lei que tomou o número 154/80.

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência permite mais uma intervenção? (Assentimento)

Deputado, absolutamente, nego peremptoriamente que tenha qualquer conotação política. O que existe Deputado, é um impedimento constitucional. E infelizmente, eu concordo com Vossa Excelência, que nós não temos prerrogativas, que nos faltam as prerrogativas; que devemos lutar para que nos sejam devolvidas, mas acontece que na legislação atual é impossível nós legislarmos sobre pessoal. No caso aí, especificamente o projeto de Vossa Excelência, apesar de ser uma forma correta, no sentido humano, no sentido funcional, no sentido administrativo, ele é incorreto na forma inconstitucional.

A atual legislação não nos permite que legislemos a respeito desse assunto. Eu sei que Vossa Excelência conhece perfeitamente este assunto.

Então, não há conotação política alguma.

O SR. DARCY DEITOS — Acontece, Sr. Deputado que a Constituição Federal já foi alterada. Nós aqui estamos alterando o Artigo 130, da Lei n.º 6674.

O Sr. Gabriel Sampaio — Sr. Deputado, é de competência exclusiva da iniciativa do Poder Executivo Estadual.

O SR. DARCY DEITOS — Mas ocorre que existe a Lei Maior, eminente Deputado. Nós apenas estamos regulando esta Lei Maior.

O Sr. Gabriel Sampaio — Apenas disso, a adaptação depende de uma mensagem do Executivo, infelizmente. Eu teria o maior prazer em votar o seu projeto.

O SR. DARCY DEITOS — Quando se diz que este é um Poder sem poder, esse exemplo que Vossa Excelência está dando, vem casar exatamente em cima disso.

Mas, nós quando apresentamos esse projeto de lei, eminente Deputado, fizemos uma consulta antecipada ao GAT e este até que nos orientou a forma correta, como nós deveríamos apresentar a esta Casa. Creio que ele não fere dispositivo constitucional. Tão somente que ele estava dormindo nas gavetas, no tempo de recesso, de dezembro, janeiro e fevereiro. E agora nós apresentamos este requerimento em regime de urgência, para que a CCI o aprecie e remeta a este Plenário.

O Sr. Adalberto Daros — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Darcy Deitos, a reciprocidade, evidentemente que é uma necessidade àqueles que trabalharam ou no setor governamental, diria, nos Três Poderes, ou no setor privado, para contar vice-versa, o tempo de serviço.

Todavia, eu quero, Deputado Darcy Deitos, evidentemente que o Deputado de Maringá, nosso amigo e eu até passo a me perguntar se este Poder aqui vale ou não?

Quando o Deputado Gabriel Sampaio diz que a iniciativa deva ser do Executivo.

O Sr. Gabriel Sampaio — Quem diz é a lei, nobre Deputado.

O Sr. Adalberto Daros — Eu entendo diferente e entendo que muitas vezes tem sido assim.

Entendo que quando o Governador do Estado sanciona um pedido da Assembléia Legislativa, ele retira a inconstitucionalidade. Porque pouco importa quem quer que coloque a questão para ser aprovada; importa quem vai dizer que vale a questão.

Por isso, entendo, nobre Deputado, essa sua iniciativa. Que o seu projeto de lei que fala na reciprocidade, a inconstitucionalidade não haverá, desde que o Poder Executivo, o seu Chefe, sancione. Ele é quem dirá se está valendo ou não; a iniciativa da validade é que eu entendo.

E mais, entendo que todos os componentes deste Poder deveriam assim pensar também, pensam de acordo com o Executivo, pensam, muitas vezes, de acordo com o Judiciário.

O que menos se pensar é de acordo com o Legislativo.

E eu fico a pensar se este Poder vale mesmo; fico a relembrar coisas do passado, que não vale, nesta oportunidade, relembrar. E sinto, meu caro Deputado, que uma Assembléia com 58 Deputados, esteja reduzida ao que nós estamos vendo:

há mais um que chegou só, e que somam 8, 9, 10, 11, e que na verdade, nem poderia funcionar com 11.

É isto que me pergunto, se este Poder não está podre, nobre Deputado; se é que este Poder vale, ainda. E ficam a dizer por aí, que o que vale é o que o Sr. Governador quer ou não.

E tenho pena, nobre Deputado, daqueles que virão daqui para frente, ainda.

Nós aqui estamos, neste abandono, neste deserto. E alguém do PDS poderia contestar ao dizer: “não vêm porque não querem? Mas, aqui estão sempre, para rejeitar o que se pretende, às vezes. E não precisam da Oposição para dar número aqui.

Por isso, Deputado, fico triste, quando alguém deste Poder, que deveria ser autônomo, que deveria ser um Poder, “Poder” para valer, não a se dizer: “depende do Governador, depende de fulano, depende de sicrano”.

Tenho pena, Deputado, muita pena, por estarmos lá embaixo, infelizmente.

Obrigado.

O SR. DARCY DEITOS — Nobre Deputado Adalberto Daros, Vossa Excelência coloca muito bem. Se nós olharmos para a Ordem do Dia, se Vossa Excelência pegar a média das matérias aqui votadas, é realmente frustrante, Sr. Presidente, o que se vota, nesta Casa, de projetos de utilidade pública. Não é só esta a função de um Parlamento, porque eu digo mais, Sr. Presidente, que quando cheguei a esta Casa, durante todo este tempo, pude sentir o quanto as estruturas desta Nação estão apodrecidas.

O que precisa ser mudado nesta Nação, Sr. Presidente, é o seguinte: a classe política conserva um ranço de um coronelismo, onde a corrupção está enraizada.

A Nação inteira, após 64, passou a ter como norma, o desrespeito às leis. O povo, nesta Nação, basta ser lei, para que eles queiram descumprí-la.

Precisamos, Sr. Presidente, de uma nova ordem jurídica, nesta Nação, onde os valores sejam reavivados, porque estão apodrecidos, Sr. Presidente.

Eu agradeço. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Consulto a Liderança do PTB se deseja fazer uso de seu horário.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, todavia, antes de usar a palavra, eu gostaria que a Mesa procedesse a chamada nominal, para ver se tenho condições, Sr. Presidente, com 19 Deputados, de falar, pelo menos.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere, e o Sr. 1.º Secretário fará a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(O Sr. 1.º Secretário procede a chamada).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Responderam a chamada 25 Srs. Deputados. Há “quorum” para votação.

A Mesa registra, com satisfação, as presenças, neste plenário, do Sr. Deputado Federal Henrique Brito, da Bahia, Presidente da Associação Brasileira dos Municípios; do Sr. Edson Coppla, Presidente da Associação dos Municípios do Paraná; do Dr. Osmar Costa, Diretor Administrativo e do Sr. Maurício Nogueira Batista, do Ministério do Interior.

Com a palavra o Sr. Deputado Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao apartear o Deputado Darcy Deitos, eu colocava que esta Assembléia, como acontece quase todos os dias, a grande maioria dos Srs. Deputados aqui não comparece.

E perguntaria, Sr. Presidente, Srs. Deputados, por que isto vem acontecendo neste Poder? Talvez, pela má vontade, talvez, pelos compromissos assumidos e talvez, até, por este Poder não ter mais sentido.

Vivemos e sentimos, ao analisarmos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o quadro nacional, a condução da Política nacional, os casuísmos do Governo. Talvez, e fica no talvez, Sr. Presidente, Srs. Deputados, muitas vezes, nesta Assembléia, acontece de se ter no plenário, 40 ou até 50 Deputados; é quando, após ou durante cerca de 20 dias aqueles que aqui comparecem, proporem alguma matéria a ser discutida e, aí então, o Líder do Governo nesta Casa não sei de que forma e parece mágica, aparecem os Srs. Deputados do Governo para aprovar aquilo que menos interessa ou, para rejeitar aquilo que se propõe no dia-a-dia.

Infelizmente, este é o Poder Legislativo do nosso Estado. E, diria mais, que quando se discute uma matéria de certa importância, eu sinto e vejo que aqui nesta Casa, de que poucos que aqui representam o povo deste Estado, têm participado nos debates de matéria pertinentes e importantes deste Estado.

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. ADALBERTO DAROS — Diria mais, que este Poder já tão castrado, mereceria um pouco mais de compreensão dos seus integrantes, mereceria, talvez, um pouco de presença, se é que não se tem até, aquilo que deveríamos ter, que é dizer ao Governo o que ele poderia fazer através da aprovação desta Assembléia. E não se pode, por uma Constituição esdrúxula, por pontos colocados nesta mesma Constituição, que não dão condições e castram o Parlamentar de colocar o seu pensamento, por trazer lá da sua região, uma necessidade, colocando-se à discussão deste Parlamento e aprovando-a desde que o Governador fosse e entendesse, de que a sua assinatura representa a tirada da inconstitucionalidade, que muitos entendem.

Diria mais, após o aparte do Deputado Gabriel Sampaio.

O Sr. Gabriel Sampaio — Deputado Adalberto Daros, digno representante do PTB nesta Casa, não posso concordar com Vossa Excelência porque Vossa Excelência, em seu pronunciamento, demonstra muita mágoa, muito ressentimento. E quando todos nós, em vez da razão usamos a emoção, quase sempre cometemos enganos. E Vossa Excelência, que usa da tribuna nesta tarde e o faz, como de praxe, de forma brilhante, desta feita usa a emoção.

Digo que Vossa Excelência usa a emoção porque não pode, de forma alguma, querendo ser justo, acusar o meu Partido, o PDS, de esvaziar este Parlamento.

Em primeiro lugar, porque as faltas, ou a proporcionalidade das faltas, são idênticas em todas as bancadas. E eu, neste particular aspecto, lamento junto com Vossa Excelência.

Mas, Deputado Adalberto Daros, acho que apesar de tudo, o Parlamento ainda é o grande sustentáculo democrático desta Nação. E é tradicionalmente comum, a todos os Parlamentos do mundo, somente terem o "quorum" privilegiado justamente nos dias em que se discutem matérias de importância relevante.

Desta feita, todos os Parlamentos, Vossa Excelência conhece o Congresso Nacional, lê e conhece outros Parlamentos do mundo e sabe que quando se discute uma matéria importante, todos os partidos convocam todos os Parlamentares.

Seria uma injustiça, nobre Deputado, dizermos que dos 58 Srs. Deputados, os 25 que aqui comparecem hoje sejam os assíduos e que os restantes sejam os que faltam com frequência.

Talvez, destes 29 faltantes, dezenas, talvez uma ou duas dezenas deles, estejam a trabalhar pelo povo do Paraná, ou em alguma Secretaria de Estado, ou no Interior do Estado, ou inclusive - só para dar um exemplo a Vossa Excelência - amanhã,

o Deputado Wilson Fortes, o Deputado Lázaro Dumont e eu, iremos a Brasília; vamos comparecer ao Terceiro Encontro dos Cafeicultores do Brasil.

Lá, vai se discutir o futuro da agricultura deste País. Não estaremos aqui nem terça, nem quarta-feira, nem por isto deixaremos de estar representando parcela do povo do Paraná num dos assuntos da maior relevância deste País na atualidade, que é o problema do café.

Então, Sr. Deputado, acho que Vossa Excelência deve, como sempre tem feito, ser um Deputado assíduo e não devemos - não digo Vossa Excelência, mas todos - não devemos vir aqui a talvez chorar mágoas, lamentando a impotência de nosso Poder, que é visível, mas sim, fazer com que - e eu queria apartear o Deputado Darcy Deitos para dizer isto a ele - a vinda dele a esta Casa já é uma renovação. Já é uma nova esperança que se dá à Assembléia do Paraná, especificamente. Como outros Deputados que aqui vieram em 1.978.

Acho que devemos, aqui e agora, não nos lamentarmos mais.

Este País está cansado de lamentação. Devemos atuar mais.

Devemos é procurar transformar nossas fraquezas em forças e complementar talvez até os lugares de nossos companheiros mais desanimados.

Muito obrigado.

O SR. ADALBERTO DAROS — Agradeço a Vossa Excelência este aparte que me deu, e gostaria de dizer que, efetivamente, não estou hoje falando com emoção e sim com a razão. Porque a razão é de estar aqui. Não se está aqui emocionalmente. Se está aqui porque fomos conduzidos para aqui estarmos.

Devo dizer a Vossa Excelência mais uma coisa, que quando se diz de que alguém fala com a emoção e com a razão, talvez até vote assim. E neste Parlamento, tenho visto alguns emocionalmente querendo votar com alguma coisa.

Mas por uma razão que não entendo até, vêm aqui e demonstram exatamente o contrário.

Procurando até fazer com que lá fora, lá, ao ir ao interior, ou a ir a Brasília participar de um Congresso como este, Vossa Excelência irá falar de café, irá reivindicar para o Paraná. Alguns no interior, estão plantando café, nobre Deputado, para si mesmo; e todos sabem quem são.

Por isso, meu caro Deputado, falar com a emoção e com a razão, quando se aliam as duas é muito importante. Se hoje falo com a emoção, é porque a razão diz isso.

O Sr. Darcy Deitos — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Adalberto Daros, Líder do PTB nesta Casa, eu agradeço este aparte que Vossa Excelência me concede.

Apenas para fazer uma pequena colocação, dizendo o seguinte: de que constitucionalidade depende muito do ângulo em que se olha esta constitucionalidade ou não. Porque eu gostaria só de lembrar ao eminente Deputado Gabriel Sampaio, de que no Estado de São Paulo foi implantado lá o décimo terceiro salário, para o funcionalismo público daquele Estado, muito embora fosse uma matéria inconstitucional.

Mas como a Oposição, o PP, o PMDB era maioria naquela casa, votou-se a emenda constitucional; submeteu à sanção Governamental muito embora fosse vetada, eles derrubaram o veto e Sua Excelência o Governador daquele Estado teve que se submeter à vontade da maioria oposicionista de então, na Assembléia Legislativa de São Paulo.

Então, veja Vossa Excelência que depende muito do ângulo de onde se está observando se é constitucional ou não.

Inclusive, Vossa Excelência solicitou há dez dias atrás, que o Governo do Estado do Paraná implantasse aqui o décimo

terceiro salário, para o funcionalismo. Acho que nem precisaria isso. Bastava tão somente que todos os Deputados desta Casa, apresentassem uma emenda constitucional e submetessem ao Governador. Se ele argüísse a inconstitucionalidade, viria para esta Casa o veto e nós o derrubaríamos. Acho que depende tão somente do ângulo de onde se está observando. Se está para se servir ao sistema implantado em 64, ou se está para servir efetivamente o povo.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa lembra ao nobre orador que resta um minuto.

O SR. ADALBERTO DAROS — Para concluir, eu devo lembrar apenas a esta Casa e entendo assim, que a inconstitucionalidade desta Casa é incompetência do Governo. Porque se nós não temos, como dizem muitos, a possibilidade, a condição de apresentarmos algumas propostas nesta Casa, que são constitucionais, que devem partir do Governo, eu entendo como incompetência do Governo. É o caso, por exemplo, da reciprocidade que em Pernambuco já se implantou. É o caso, por exemplo, do décimo terceiro que o próprio Governo faz com que os donos de indústrias, as empresas, enfim, os patrões paguem mas ele é um mau patrão, não paga.

Razão pela qual, Sr. Presidente, entendo assim para concluir: inconstitucionalidade pregada nesta Casa, é incompetência do Governo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta a Liderança do Partido Popular, se deseja fazer uso da palavra. Tendo declinado, consulto a Liderança do PDS.

Com a palavra, o Deputado GABRIEL SAMPAIO.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Existe um ditado popular que diz que “santo de casa não faz milagre”.

Mas, somente dizendo que é santo, é que algum milagre ou milagres são feitos.

Então, o ditado popular realmente quer dizer que os santos, os milagres dos santos da casa não são reconhecidos.

Quero, nesta tarde, quando ocupo o horário da Liderança do meu Partido, fazer um pequeno ajuste nisso; fazer um pouco de justiça nestes santos da Casa.

Quando a gente lê alguma coisa, ou escuta alguma coisa, que nos toca profundamente, é porque nós gostaríamos ou desejaríamos ter dito aquela coisa.

Foi o que aconteceu comigo, ontem, domingo, quando li os jornais da Capital, e que li um artigo intitulado “E Não nos Deixeis Cair em Tentação”, de um homem que é funcionário desta Casa, de um homem que engrandece, com a sua cultura, a Assembléia do Paraná, e porque não dizer, uma das cabeças, uma das inteligências que o Paraná orgulhosamente pode apresentar.

E quando falo do Dr. Reginaldo Fanckin, quero estender esta homenagem a dezenas, talvez mais de uma centena de funcionários deste Poder, que abrilhantam, e que enobrecem esta Casa, este Legislativo e este Poder.

Realmente, muitas vezes injustiçados, muitas vezes injustamente caluniados, nós vemos que temos dentro de casa, dezenas de funcionários assíduos, competentes e, muitos deles, luminares.

Gostaria que os Senhores Deputados prestassem muita atenção neste artigo, porque realmente ele é muito esclarecedor, com relação ao momento grave que vive o Brasil.— (Lê):

“E NÃO NOS DEIXES CAIR EM TENTACÃO

Reginaldo Fanckin

Testemunho da incompreensão popular quanto ao papel, confiado ao político (daí o receio do voto facultativo), revela-se por inteiro na crítica habitual de que este se ocupa exclusivamente em fazer política. Não apenas pessoas situadas nos estratos sociais inferiores e, por isso mesmo também carentes de maior grau de discernimento, mas cidadãos colocados em altas posições, eventualmente afetadas pela crise econômica, de ordinário endereçam seus protestos contra esse alvo predileto da insensatez.

Ressentimento ou ignorância, pouco importa especular nessa linha, agora. Interessa colocar a seguinte interrogação e sobre ela refletir: deveria ele cuidar da economia ou do ensino, a golpes de lei, reduzindo o preço do petróleo ou, inversamente, majorando o número de vagas na Universidade?

Não é fruto do acaso que, em todo o mundo, são políticos os partidos. Entre nós, essas agremiações, além do privilegiado abrigo constitucional, desfrutam o monopólio da intermediação política e, na historicamente artificiosa legislação que rege sua existência, há apenas uma breve menção à faculdade de recorrerem à composição classista do elenco de candidatos.

O instrumento que credencia políticos a pensar, falar e decidir em nome do povo, nas casas parlamentares, chama-se mandato político. Portanto, a presença viva de políticos corresponde a uma exigência social, e significa a garantia de um mínimo de liberdade pública, condição elementar para o bom andamento dos negócios que envolvem o destino da coletividade.

Nada mais democrático, se tivermos em mente a lição de Rousseau, um dos pais desse universalmente cobiçado regime. Para o filósofo genebrino, somente na vontade geral do povo reside a força e o poder de governar. De sorte que toda manifestação de vontade particular — ou interesse individual, de agrupações ou classes (de partidos...) — será ilegítima na medida em que adultera a pureza daquela e, nessas condições, cumpre repudiá-la. Ora, o dogma da vontade geral, súmula da “razão infalível”, ao excluir do processo todas as expressões orgânicas da sociedade, reduz o Estado a mera entidade política, e seus agentes diretos e indiretos, a simples operadores da “máquina” estatal.

Assim, ao contrário das injustificadas restrições, merece toda a simpatia quem se dispõe a atuar politicamente em tempo integral e dedicação exclusiva, pois está seguindo nobilíssima vocação, fiel à lógica imanente ao sistema. Vocação que se manifesta em algo como a sensibilidade mediúnica, virtude só ela habilitada a realizar a suprema obra de arte política: o bem-comum, segundo o definiu lapidariamente João XXIII, na Mater et Magistra.

Como alternativa sombria, no outro extremo, encontra-se à espreita ou em exercício, os tecnocratas escudados sob o mito da eficiência, a confundir grandeza com tamanho e a apresentar o bom como sinônimo de mais. Em regra, mercê da formação profissional, apresentam-se privados da flexibilidade conceitual e metodológica para realizar obra de pura engenharia política, onde o frio planejamento de quantidades aprisiona a incomensurável realidade humana.

Manfred Max-Neef sintetiza admiravelmente o mundo tecnocrático, onde não se distingue entre o amor e a esmola, entre a educação e o ensino, entre a posse de títulos e o conhecimento, entre a política e a segurança, entre as leis e a justiça, entre a produção e a criação, entre o consumo e o bem-estar, entre a capacidade e o fomento das habilidades, entre a propriedade e a posse, entre o produto nacional bruto e a satisfação social, entre a vida e o sobreviver.

Todo este memorial comparativo, cujo saldo favorece o político, não invalida de forma alguma as críticas a que se impõe sujeitar um crescente número deles, não pelo fato de serem atuantes, mas por realizarem trabalho de má qualidade. Destituídos de talento, e carentes de preparo específico para o grave mister, estes sim merecem a reprovação contundente da opinião pública.

A semana anterior, com efeito, foi pródiga no destacar alguns expoentes dessa segunda espécie.

Um personagem anônimo, apresentou proposta de emenda constitucional prorrogando os mandatos dos atuais representantes e executivos, em todos os níveis. Até aí, nada de excepcional. Tantas outras análogas foram discutidas e votadas, por iniciativa de outros tantos caçadores de notoriedade. Houve uma, bem recentemente, que obteve não apenas a atenção, mas a anuência da maioria do Congresso, ampliando os mandatos de prefeitos e vereadores, contra o princípio basilar do regime representativo.

Daí a dificuldade para se compreender a reação colérica que o obscuro deputado liberou com seu projeto.

Instantaneamente montou-se um arsenal de medidas preventivas e penais, capazes de fazer inveja ao mais rigoroso sistema de segurança. Seria demasiada suspeita, recluir uma "patrulha" legislativa?

Desde a inserção na Carta Federal de preceito tendente a proibir o Congresso deliberar sobre matéria relativa a prorrogação de mandatos — inspirada na discutível intocabilidade do artigo da Federação e República —, passando por indignados protocolos declaratórios de um singular, inusitado veto preventivo, até a proposta de emenda estabelecendo

penalidade a quantos tentarem induzir os congressistas a se envolver em tão obscuro assunto, o nosso Parlamento forneceu sugestivo material para o psicólogo político.

Sem levar em conta o autoritarismo travestido de zelo democrático, avulta a densidade herética da reação emocionalmente extremada.

A propósito, ouçamos agora Montesquieu, outro nome tutelar da democracia, magno defensor da liberdade civil. Identifica ele, na capacidade de discutir, o dom político por excelência.

Tanto a representação quanto a separação de poderes, instituições às quais sua obra ficou indissoluvelmente ligada, supõem o debate racional como alicerce e via de chegar-se ao bem-estar coletivo, ao amparo do governo da lei.

Conseqüentemente, a imposição de qualquer idéia pela força, ainda segundo Montesquieu, contraria fundamentalmente o espírito democrático, sobretudo se a tentativa ocorrer no Parlamento, palco do livre debate, da persuasão pelo argumento, do confronto aberto entre raciocínios dispares. Em suma, onde se espera que da discussão nasça a luz.

O sintomático desvio doutrinário, traduzido no prejulgamento e na antecipada recusa do confronto de opiniões, por simples ou extravagantes que sejam não disfarça o medo da tentação? Se for, "orate frates" ...

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 56 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 08/81, (Mens. Govern. nº 21/81), que aprova convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e os municípios aqui nominados, objetivando a aplicação de recursos oriundos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano-CNDU, no Programa Metropolitano de Assistência às populações de baixa renda, nos municípios citados. —

Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 08/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
RESOLVE:

Art. 1º — Ficam aprovados os convênios celebrados em 09 de dezembro de 1.980, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, e os Municípios adiante mencionados:

Almirante Tamandaré, SEPL/141; Araucária, SEPL/142; Balsa Nova, SEPL/143; Bocaiúva do Sul, SEPL/144; Campina Grande do Sul, SEPL/145; Campo Largo, SEPL/146; Colombo, SEPL/147; Contenda, SEPL/148; Mandirituba, SEPL/149; Piraquara, SEPL/150; Quatro Barras, SEPL/151; Rio Branco do Sul, SEPL/152 e São José dos Pinhais, SEPL/153, objetivando aplicação de recursos oriundos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano-CNDU, no Programa Metropolitano de Assistência às Populações de Baixa Renda, a ser desenvolvido pela COMEC, nos municípios signatários.

Art. 2º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 4 de junho de 1.981.
(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente;
GABRIEL SAMPAIO, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 09/81, (Mens. Govern. nº 22/81), que aprova o termo de convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e o Município de Cerro Azul, objetivando a implantação de micro-sistema de água e instalações de saneamento básico, nas localidades de Caraquatá e Mato Preto, do referido município. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 09/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
RESOLVE:

Art. 1º — Fica aprovado o termo de convênio de cooperação SEPL/165, celebrado em 05 de dezembro de 1.980, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, e o Município de Cerro Azul, objetivando a implantação de micro-sistemas de água e instalações de saneamento básico nas localidades de Caraguatá e Mato Preto, do referido município.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 4 de junho de 1.981.
(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente;
GABRIEL SAMPAIO — Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 10/81, (Mens. Govern. nº 24/81), que aprova o termo de convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e o Município de Cerro Azul, objetivando a compra e distribuição de uniformes e material escolar para alunos das primeiras quatro séries do ensino do 1º grau, no referido município. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 10/81.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado o termo de convênio de Cooperação entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, e o Município de Cerro Azul, objetivando a compra e distribuição de uniformes e material escolar para alunos das primeiras quatro séries do ensino do 1º Grau no

referido município.

Art. 2º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 4 de junho de 1.981.
(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente;
GABRIEL SAMPAIO, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 19/81, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, com a finalidade de consulta a população para a criação do Município de Missal, a ser desmembrado do Município de Medianeira. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 19/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
RESOLVE.

Art. 1º — Fica autorizada a realização de plebiscito, na área adiante descrita, no Município de Medianeira, com a finalidade de consultar a população sobre a criação do Município de Missal.

“Começa no Rio São Vicente, no ponto de encontro com o Arroio Sotelo, subindo por este até as divisas dos lotes rurais números 70 e 71, da Gleba 19, do imóvel Rio Paraná, seguindo deste ponto por uma estrada secundária, até atingir o povoado de Esquina Rosa, dali por uma linha mais ou menos reta e seca em sentido Leste-Oeste, até atingir o travessão da Gleba nº 3, segunda parte do Imóvel Rio Quarto, seguindo por este travessão em sentido Norte-Sul, até encontrar o travessão natural do Imóvel Guairacá, seguindo por este no sentido Leste-Oeste, até atingir o ponto da linha divisória Norte-Sul dos atuais Municípios de Medianeira e Matelândia, seguindo deste ponto por uma linha reta e seca na direção Sudoeste, até atingir a nascente do Rio Feijão Verde, descendo por este até desembocar no Rio Ocoi, descendo por este até encontrar a foz do Riacho Cedro e subindo por este até a sua nascente e deste ponto por uma linha reta e seca em sentido Noroeste, até atingir a nascente do Ribeirão São João, descendo por este até o Rio São Vicente, e por este Rio acima, até a foz do Arroio Sotelo, ponto de partida”.

Art. 2º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 4 de junho de 1.981.
(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente;
GABRIEL SAMPAIO, Relator.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 28/81, de autoria do Deputado JOÃO MANSUR, que declara de utilidade pública a “Fundação da Universidade Federal do Paraná para o Desenvolvimento da Ciência, da Tecnologia e da Cultura”, com sede e foro em Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 14/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição nº 06/81 (Mens. Govern. nº 04/81), que aprova o termo aditivo de retificação nº 1, ao termo parcial do convênio nº 12/76, celebrado entre o Estado do Paraná, Órgãos que especifica, objetivando a execução de Projetos e Obras integrantes do Programa Especial de Controle da erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. — Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 15/81, oriundo

de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição nº 08/81 (Mens. Govern. nº 06/81), que aprova termos aditivos a convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e os municípios aqui nominados, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana.— Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 16/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição nº 19/81 (Mens. Govern. nº 20/81), que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e os municípios aqui nominados, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, objetivando a aplicação de recursos em obras públicas, nos municípios citados.— Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 17/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição nº 26/81 (Mens. Govern. nº 27/81), que aprova os termos de convênios nº 41/80, 42/80, 43/80, 44/80, 45/80 e 46/80, dos municípios aqui nominados, celebrados entre o Estado do Paraná através da Secretaria de Estado do Planejamento, com a participação de Órgão que especifica, objetivando a aplicação de recursos em obras públicas nos municípios citados.— Aprovado, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. GIACOMO LOUVEIRA, ocorrido em data de 6 do corrente, na Cidade de Guaíra.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento dos jovens AMIR DALLA VECHIA, DARLEY GERMANO BERGONI, ELVIO FREY, ROGÉRIO WALTER GRIN e VILSON VALIATTI, ocorrido em acidente, no trecho entre Marechal Cândido Rondon a Palotina.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Ministério das Relações Exteriores, visando o envio de Nota de Protesto às autoridades inglesas pelo tratamento injusto dispensado aos presos políticos na Irlanda do Norte, que provocou a morte de Bobby Sands, dirigente do Exército Republicano IRA.— Aprovado.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — (Pela ordem) — Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e fará a verificação de votação.

(É feita a verificação de votação).

1 Sr. Deputado o rejeita;

5 Srs. Deputados o aprovam.

Não há “quorum” para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 9, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nº 14/81, 15/81, 16/81 e 17/81.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 162/80, 11/81, 13/81, 29/81 e 36/81.

Levanta-se a sessão.

ATOS DA COMISSÃO EXECUTIVA:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 222/81

atribuir ao funcionário VILSON DA SILVA NATAL, ora à disposição deste Poder, a Função Gratificada, símbolo 5-F, de Motorista do Gabinete da Presidência, no período compreendido entre 1º de abril a 31 de dezembro de 1.981.

(Protoc. nº 4281).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 223/81

exonerar, JOSÉ CARLOS PEREIRA, matrícula nº 180, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, do cargo em Comissão, símbolo 1-C, de Assistente de Gabinete da Presidência.

(Protoc. nº 4347).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 224/81

designar JOSÉ CARLOS PEREIRA, matrícula nº 180, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para substituir o funcionário PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS, ocupante do cargo de Assistente Legislativo A, enquanto perdurar o seu impedimento, nos termos do Art. 71, parágrafo 2º, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1.970.

(Protoc. nº 4347).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 225/81

I — revogar o item II, do Decreto Legislativo nº 103/81, que designou para exercer as funções de Assessor de Gabinete da Presidência, o funcionário NELSON AUGUSTO ARAÚJO, matrícula nº 501, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Qua-

dro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia; e,
 II — prover o funcionário acima mencionado, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-C, de Assistente de Gabinete da Presidência, percebendo as vantagens inerentes.

(Protoc. n.º 4378).

Palácio "XIX de Dezembro", em 04/06/81

JOÃO MANSUR — Presidente

AUGUSTO CARNEIRO — 1.º Secretário

NILSO ROMEU SGUAREZI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 226/81

exonerar HOMERO FERREIRA MARTINS, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado José Tavares, ficando revogado o Decreto Legislativo nº 112/80, que autorizou o mesmo a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinqüenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Protoc. nº 4138).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 227/81

atribuir ao funcionário ALBINO SUDUL, ora à disposição deste Poder, a Função Gratificada, símbolo 5-F, de Motorista do Gabinete da 1a. Secretaria, no período compreendido entre 1º de abril a 31 de dezembro de 1.981.

(Protoc. nº 3974).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 228/81

autorizar BRÁULIO MOREIRA, ora à disposição deste Poder, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinqüenta por cento (50%) de seus vencimentos, junto ao Gabinete do Deputado Túlio Zanchet, no período compreendido entre 1º de abril a 31 de dezembro de 1.981, respeitando-se o teto estabelecido pelo Decreto Legislativo nº 082/81.

(Protoc. nº 1792).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 229/81

exonerar ENIO SANTANGELO MALHEIROS, do cargo em Comissão, símbolo DAS-3, de Diretor do Departamento de Divulgação Legislativa.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 230/81

I — revogar o Decreto Legislativo nº 245/80, que designou para exercer o cargo de Coordenador de Assessoramento Técnico, do Departamento de Divulgação Legislativa, o funcionário ANTÔNIO CARLOS SANTOS DE LACERDA, matrícula nº 603, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo B; e,

II — prover, ANTÔNIO CARLOS SANTOS DE LACERDA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-3, de Diretor do Departamento de Divulgação Legislativa, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 231/81

designar ENIO SANTANGELO MALHEIROS, matrícula nº 475, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo B, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para substituir o funcionário REGINALDO FANCHIN, ocupante do cargo de Consultor Legislativo A, enquanto perdurar o seu impedimento, nos termos do Art. 71, parágrafo 2º, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1.970.

Palácio "XIX de Dezembro", em 05/06/81

JOÃO MANSUR — Presidente

AUGUSTO CARNEIRO — 1º Secretário

NILSO ROMEU SGUAREZI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 232/81

colocar à disposição da Prefeitura Municipal de Curitiba, o funcionário FRANCISCO ACCIOLY RODRIGUES NETO, matrícula nº 120, ocupante do cargo de Assistente Legislativo A, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, sem ônus para este Poder.

(Protoc. nº 4279).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 233/81

revogar o Decreto Legislativo nº 247/80, de 08 de maio de 1.980, que designou para exercer o cargo de Coordenador de Assessoramento Técnico, do Departamento de Finanças, o funcionário VALTER ANTONIO MARCHIORATO, matrícula nº 366, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo C, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 234/81

prover GABRIEL QUEZADA FILHO, matrícula nº 067, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo A, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Coordenador de Assessoramento Técnico, do Departamento de Finanças, percebendo as vantagens inerentes.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 235/81

prover MÁRIO HENRIQUE CRUZ, matrícula nº 148, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo B, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia,

para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Coordenador de Assessoramento Técnico, do Departamento de Divulgação Legislativa, percebendo as vantagens inerentes.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 236/81

designar VALTER ANTONIO MARCHIORATO, matrícula nº 366, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo C, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para substituir o funcionário AIMORÉ OD ROCHA, ocupante do cargo de Assistente Legislativo A, enquanto perdurar o seu impedimento, de acordo com o Art. 71, parágrafo 2º, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1.970, a partir de 1º de maio de 1.181.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 237/81

designar EDMIR ENÉZIO DA SILVA, matrícula nº 498, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo C, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para substituir o funcionário LUCIANO LACERDA FILHO, ocupante do cargo de Assistente Legislativo A, enquanto perdurar o seu impedimento, de acordo

com o Art. 71, parágrafo 2º, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1.970, a partir de 1º de maio de 1.981.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 238/81

designar, AYRTON PRECOMA, matrícula nº 511, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Assessor de Gabinete da Diretoria Geral, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 239/81

atribuir ao funcionário ANIBAL ASSUNÇÃO, ora à disposição deste Poder, a Função Gratificada, símbolo 5-F, de Motorista do Gabinete da Liderança do PTB, no período compreendido entre 1º de março a 31 de dezembro de 1.981.

(Protoc. nº 4007).

Palácio "XIX de Dezembro", em 08/06/81

JOÃO MANSUR – Presidente

AUGUSTO CARNEIRO – 1º Secretário

NILSO ROMEU SGUAREZI – 2º Secretário